

JORNAL NACIONAL: A COBERTURA SOBRE A REVOLTA EGÍPCIA

Sílvia Augusto Carvalho¹

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a cobertura do Jornal Nacional (JN) sobre a revolta egípcia durante os seus cinco primeiros dias. Procuramos analisar qual o enquadramento do jornal por meio do conjunto de representações construídas sobre o evento. Nossa hipótese é a de que a cobertura tenderia a fazer das novas tecnologias de informação os elementos centrais, responsáveis pelo relativo sucesso da revolta. Para analisar a construção das representações, usamos conceitos como o de Cenário Político de Representação (CPR) e hegemonia. O método empregado foi a Análise de Conteúdo, que permitiu avaliações quantitativas e qualitativas. Devido à importância do Egito, estudamos o legado dos Acordos de Camp David e sua importância para as relações de poder no Oriente Médio. A seguir, concluímos, apresentando evidências sobre a natureza conservadora da cobertura, construída dentro dos interesses dos Estados Unidos e Israel.

PALAVRAS-CHAVE: Cenário de Representação Política; Hegemonia; Egito; Análise de Conteúdo.

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho consiste na análise do Jornal Nacional (JN) durante os cinco primeiros dias da revolta egípcia (25 a 29 de janeiro de 2011). Procuramos avaliar a cobertura do JN no período, tentando responder à seguinte questão: que conjunto de representações foi criado pela Globo sobre as manifestações no Egito? Nossa hipótese preliminar era de que, além de angular os eventos dentro de escopo conservador, a maior emissora do país teria dissolvido as raízes históricas do conflito em favor do fetiche da tecnologia. Em outras palavras, o jornal teria comutado termos, enfatizando a importância da tecnologia como elemento central na dinâmica do evento em detrimento dos nexos causais históricos subjacentes à crise. A hipótese surgiu, em grande medida, devido à insistência, especialmente dos jornais impressos, quanto ao papel desempenhado pelas mídias sociais nos eventos.

¹Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Mestre em Ciências Sociais pela mesma instituição. E-mail: silvioac2004@yahoo.com.br

A princípio, apresentaremos os principais conceitos que serão utilizados, culminando com o de Cenário de Representação Política (CRP). A seguir, faremos rápida reflexão sobre o uso das categorias propriamente analíticas (Análise de Conteúdo). Tendo em vista a importância internacional dos eventos ocorridos no norte da África, procuramos contextualizar o papel político do Egito tendo em vista os Acordos de Camp David (1977-78). Para tanto, seguimos a reflexão do americano Norman Finkelstein (2005), um dos principais expoentes da vertente progressista dos historiadores modernos. Neste contexto, não poderíamos deixar de remeter, mesmo que rapidamente, aos dilemas americanos devido à crescente dependência do país no que tange ao aumento das importações de petróleo.

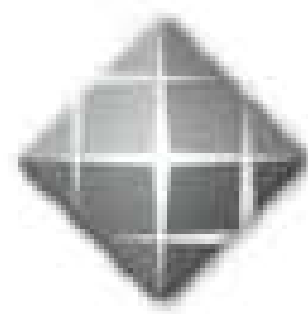
Por fim, analisamos o conteúdo de cinco dias de transmissão do JN, estabelecendo as conclusões finais sobre o tipo de cenário político construído pela maior emissora brasileira.

1. CENÁRIO DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA MIDIÁTICA E ANÁLISE DE CONTEÚDO

A teoria do *Agenda-setting* ou teoria do Agendamento nasce em meados do século passado, mais precisamente em 1968, quando dois pesquisadores (McCombs e Shaw) estudam os efeitos dos meios de comunicação de massa sobre o eleitorado americano. De acordo com esta linha de pesquisa, a mídia teria capacidade de difundir seus pontos de vista junto ao público por meio da construção de agendas de temas - assuntos que seriam discutidos dentro dos parâmetros estabelecidos pelos jornais. Em outras palavras, haveria uma espécie de continuidade cognitiva entre o conteúdo da massa informacional produzida pelos meios de comunicação de massa e os temas debatidos na esfera pública (Wolf, 1995).

Apesar de não seguir os desígnios da Teoria Crítica, que preconizava poder quase que absoluto à mídia, estes estudos imputavam aos jornais importante papel na construção da realidade. Um dos grandes avanços do Agendamento foi o de que seus principais teóricos perceberam, com acuidade, a necessidade de analisar os

meios de comunicação e seus efeitos ao longo de períodos de tempo mais abrangentes. Perspectiva que rompe com a metodologia das pesquisas anteriores, especialmente a Hipodérmica, focada nos estudos de curto prazo.



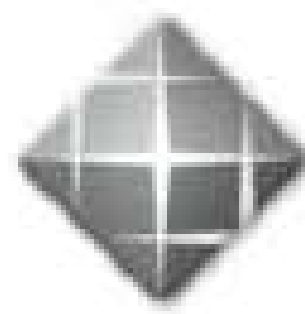
Esta linha de estudos, grosso modo, se baseia na premissa de que o público, uma vez atingido pela informação, é necessariamente por ela manipulado. Daí, sua relação com o conceito de massa, enquanto grupo amorfo, incapaz de estabelecer laços políticos e, por isso, passível de ser manipulado pela mídia no mais curto prazo. No entanto, com o Agendamento, as pesquisas não estavam mais restritas aos efeitos imediatos e intencionais; ao contrário, as consequências de longo prazo, os chamados "efeitos latentes", assumiam a dianteira das discussões e reflexões.

O mote principal, todavia, se centrava nos impactos do conteúdo dos jornais no patrimônio cognitivo dos receptores. A questão dizia respeito ao modo como a exposição permanente dos indivíduos aos meios de comunicação poderia gerar um tipo específico de conhecimento sobre a realidade. Este deslocamento das pesquisas mostrava, também, que o mundo objetivo passava a ser vivido por "pacotes de realidade", densas construções simbólicas formuladas pela mídia (Pimentel, 2009). Os meios de comunicação se tornaram "parte significativa" na construção daquilo que chamamos de realidade. Portanto, a ação constante da mídia sobre os indivíduos, na medida em que atinge o seu "patrimônio cognitivo", acaba por afetar sua visão de mundo, seu conjunto de representações sobre as relações sociais.

Genericamente, podemos dizer que a própria dinâmica cultural estava a ser atingida e, em parte, conformada pelo agendamento da mídia. Além disso, um dos elementos estruturais, mesmo que implicitamente, é o fluxo linear. Temos um emissor incumbido de formular mensagem cujo conteúdo é, então, propagado no tecido social, atingindo vários indivíduos. A estrutura, que podemos considerar ainda tradicional, apesar dos avanços da teoria do Agendamento, é de um emissor para vários receptores.

Dentro desta perspectiva, os meios de comunicação de massa atuavam na construção de visões de mundo encarnadas na hierarquia de temas construídos e disseminados na esfera pública. Estudos posteriores conseguiram refinar as pesquisas, acrescentando que o sentido de realidade dizia respeito não apenas ao modo como os temas eram hierarquizados, mas ao seu enquadramento. Assim, o

ângulo de discussão dos temas e sua abordagem passaram a ser alvo de estudos mais recentes, sofisticando as descobertas de Shaw e McCombs. Luís Felipe Miguel (2003) aponta, por exemplo, o uso de uma série de "categorias cognitivas" que



contribuíram para a delimitação do debate público. Exemplo disso são as eleições nacionais de 1998, nas quais a Rede Globo buscou o esvaziamento do debate político, culminando com a quase eliminação do pleito das telas da emissora. Ao contrário, em 2002, o jogo eleitoral é enquadrado dentro de nova perspectiva.

A introdução de termos como "risco país" no debate público parece ter conformatado, em certa medida, a dinâmica e natureza do embate. Desta forma, ao formular um ângulo específico de visão de mundo, a empresa da família Marinho contribuiu para a delimitação dos contornos da discussão pública dentro dos limites determinados pela instabilidade do capital financeiro internacional.

As oscilações do câmbio dominaram o noticiário da época por meio da expressão "risco país", categoria de análise usada para extrair de todos os candidatos compromisso com a ordem econômica vigente. Além de restringir a margem de manobra do governo, aponta o autor, o termo ainda contribuiu para beneficiar uma visão do mundo social em detrimento de outras. Mais do que mero reflexo da realidade, os meios de comunicação, ao construírem sentido sobre ela, se tornam um de seus elementos constitutivos mais importantes.

Venício Lima (2001), por sua vez, ao dar continuidade à linha gramsciana, elabora o conceito de Cenário de Representação Política (CR-P), fundamental para o presente estudo. Partindo do pressuposto de que os meios de comunicação de massa atuam, em sociedades liberais, como Aparelhos Privados de Hegemonia, como ensinado por Gramsci, Lima procura mostrar que os CR-Ps são espaços de articulações hegemônicas, fruto do trabalho destas empresas. Tendo em vista que o poder não se mantém apenas pela força, uma série de instituições passa a exercer papel crucial na manutenção das estruturas capitalistas. Elas são responsáveis pela formulação e disseminação de visões de mundo, um conjunto de valores que passam a ser aceitos como naturais e que, por isso, ascendem ao senso comum.

Este sistema de valores tende a ser, grosso modo, percebido e vivido por todos como algo natural, imprimindo a eficácia necessária à manutenção das grandes estruturas de poder. Gramsci chama hegemonia a esta função de direção cultural, criada no interior da sociedade civil enquanto consenso necessário ao

funcionamento do sistema. A diferença crucial entre hegemonia e CPR é que este último privilegia o papel central da mídia no processo de construção e manutenção da realidade.

2. METODOLOGIA: ANÁLISE DE CONTEÚDO

A partir desta matriz teórica, o método utilizado neste artigo lança mão, basicamente, das técnicas de Análise de Conteúdo. Para tanto, vale esclarecer que a abordagem em pauta permite o uso tanto de índices quantitativos quanto qualitativos. Esta postura permite a articulação analítica entre os elementos recorrentes no texto (sua organização e sistematização) e a visão geral de mundo, construída pelos sujeitos da matéria textual. O objetivo maior da Análise de Conteúdo consiste na dedução lógica e justificada a respeito das origens das mensagens, enfatizando o emissor, seu contexto de expressão e seus possíveis efeitos.

A análise do discurso (Cappelle, Melo, Gonçalves, 2008) oscila entre o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade. Apesar desta tensão permanente, tais estudos procuram extrair conhecimento relativo às condições de produção do conteúdo estudado, extrapolando a estrutura do texto. Essa nova compreensão do material textual, que vem substituir a leitura dita "normal" por parte do leigo, visa a revelar o que está escondido, latente, ou subentendido na mensagem (Cappelle, Melo, Gonçalves, 2008, pg.4). Neste sentido, o aspecto quantitativo se preocupa com os procedimentos de mensuração das "significações identificadas", ponto nodal que expressa a articulação entre o numérico e o qualitativo.

A interpretação, por seu lado, volta sua atenção ao valor (o sentido) dos elementos, procurando ultrapassar o alcance meramente descritivo das técnicas quantitativas. Tendo em vista estes dois aspectos cruciais, a Análise de Conteúdo possui tanto função heurística quanto a de administração da prova -, por meio de material empírico sistematizado, analisado e apresentado. Neste tipo de análise, porém, não se trata apenas de atravessar o significante para atingir o significado. Para as autoras (2008), método consiste em, por meio dos significantes e dos significados (manipulados), buscar-se diferentes significados de natureza psicológica, sociológica, política, histórica, dentre outros.

Quanto ao processo de utilização da Análise do Discurso, ele pode ser dividido, grosso modo, em três fases: i) pré-análise; ii) exploração do material; iii) tratamento de resultados obtidos e interpretação. Na primeira fase, o pesquisador pode fazer a "leitura flutuante", contato exaustivo com o material, seguido de sua organização, formulação de hipóteses e elaboração de índices, os indicadores que

servirão de fios condutores da análise. No segundo momento, os dados brutos são codificados, fase cujo objetivo é o alcance do núcleo do problema (o que implica recorte, contagem e classificação). O último estágio, por fim, requer o tratamento dos resultados obtidos e sua interpretação. Desta forma, o investigador propõe suas inferências e realiza suas interpretações de acordo com o quadro teórico e suas intenções analíticas.

A título de exemplo, a Análise de Conteúdo pode classificar respostas a perguntas abertas sobre a relação homem/carro, mulher/carro, observando qual o objeto de referência usado como critério nas falas dos entrevistados. Na maior parte das repostas masculinas (Cappelle, Melo, Gonçalves, 2008), o carro foi referido a mulher, o que permite a construção de inferências sobre a imagem socioafetiva do automóvel numa dada população. Este critério aponta, assim, que as relações entrevistado/carro não são meramente funcionais, mas repletas de afetividade e domínio. Outra importante categoria consiste na dimensão propriamente psicológica da relação com o objeto, apontando para níveis dependência, cumplicidade etc. Os dois critérios (objeto escolhido e relação psicológica com objeto) podem, por sua vez, ser cruzados, abrindo a análise para sentidos suplementares. Todos estes elementos devem, por fim, ser analisados sob a base de recorrência estatística de seu uso.

3. OS ACORDOS DE CAMP DAVID E O DILEMA AMERICANO

Talvez uma das melhores maneiras de se compreender o papel que hoje o Egito desempenha na balança de poder do Oriente Médio e região consista na análise dos principais eventos históricos que consolidaram suas ligações políticas com Estados Unidos e Israel. Após a Guerra dos Seis Dias (1967), ainda sob intensa pressão, a cúpula militar israelense decide em votação acirrada (11 contra 10) propor a devolução de duas porções de territórios ocupados. Sem abrir mão de

Gaza e da Cisjordânia, o gabinete sionista propôs a devolução das Colinas de Golã e do Sinai. Com a negativa da parte árabe, o conflito ficava circunscrito à resolução 242 (22 de novembro de 1967) que previa, dentro do consenso internacional então formado, a retirada de Israel dos territórios ocupados. Como contrapartida, os países árabes se veriam obrigados a aceitar a existência de Israel

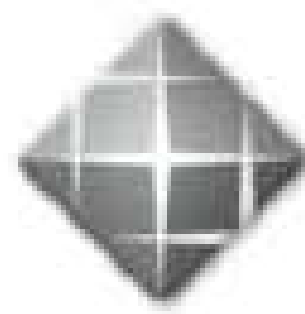
e estabelecer pacto de paz com a nova nação, cujas fronteiras permaneceriam, devido à retirada, dentro dos limites pré-67.

O embaixador Gunnar Jarring foi designado pela Organização das Nações Unidas (ONU) a ser o mediador entre as partes em conflito. Apenas em fevereiro do próximo ano (1968), porém, Israel esboçaria o primeiro gesto de aceitação da 242 "com ressalvas". O então representante de Israel na ONU, Abba Eban, assegurava que a 242 não exigia que Israel se retirasse dos territórios ocupados. Para ele, sua nação necessitava de "mais segurança", "fronteiras mais espaçosas" e "menos vulnerabilidade" (Finkelstein, 2005). Para solucionar o impasse, Jarring elabora questionário, endereçado às partes envolvidas, procurando esclarecer a posição de cada país quanto aos principais aspectos da 242. Ao mesmo tempo, o secretário de Estado americano, William Rogers, elabora proposta, seguindo as linhas gerais do consenso internacional. Israel recusa o plano americano, enquanto procura deslegitimar o trabalho de Jarring. Jordânia, por sua vez, acata a 242 imediatamente; o Egito, a princípio com ressalvas, acaba aceitando o teor da resolução.

Para Finkelstein (2005), a recusa israelense de se juntar ao Egito na aceitação do consenso internacional eliminou qualquer perspectiva de um acerto diplomático. No seu relatório sobre o ano de 1971, o então secretário-geral da ONU, U Thant, admitia que o impasse somente poderia ser resolvido com a mudança de postura de Israel quanto "a questão da retirada". O alto funcionário ainda previu que, mais cedo ou tarde, a persistir o padrão israelense, "novos combates" ocorreriam. Em 1971, após a morte de Nasser, Sadat aceita acordo de paz com Israel, afastando-se da posição de seu antecessor - acordos em bloco - para admitir negociações bilaterais. Em linhas gerais, o acordo consistia na devolução do Sinai por reconhecimento e paz. Israel se recusa.

A partir de 1971, Henry Kissinger venceria as iniciativas de William Rogers, redefinindo a política americana para o Oriente Médio. A resolução do Conselho de

Segurança da ONU (em julho de 1973), que manifestava preocupação com a postura israelense, é vetada. Por outro lado, o Projeto Galili, que previa assentamentos em áreas ocupadas em 67, seria a gota d'água. Entre seus objetivos, estava a construção da cidade de Yamit em pleno Sinai. A guerra era inevitável. O desempenho das tropas egípcias na guerra que então se inicia, ao contrário do que esperavam os sionistas, foi impressionante. O país chegou a vencer os primeiros dias de conflito e impor sérias derrotas a Israel.



Finkelstein, citando diversos analistas, pondera que, sob certas condições, os egípcios se mostraram capazes de alcançar vitórias inusitadas, rompendo a barreira do medo. Se não saíram vitoriosos, observa o historiador, pela primeira vez não fracassaram, pondo em dúvida a supremacia israelense. Portanto, não havia outra opção. Era necessário fazer a paz com o único país, reflete ele, que sabia falar a linguagem da força.

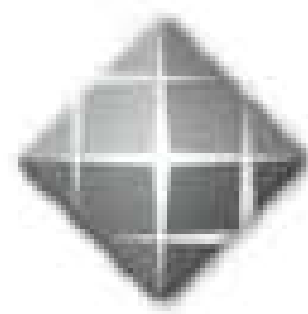
A conclusão inexorável era que, para que Israel mantivesse sua hegemonia regional, o Egito - mas somente o Egito - precisava ser afastado da frente árabe (Finkelstein, 2005, pg.281). Para isso, o acordo que havia sido negado por Israel em 1971 foi, desta vez, aceito em Camp David, em 1977. Ao aceitar o acordo de paz com Israel, porém, o Egito se isola tanto política quanto militarmente do conflito árabe-israelense, contribuindo para que a balança do poder na região pendesse a favor da cúpula sionista. Livre para deslocar seus exércitos da fronteira sul, Israel poderia se dedicar às guerras futuras no Líbano.

Se a balança do poder mudava na região do Oriente Médio, o escoamento do petróleo americano aumentava dramaticamente. Já nesta década, os EUA importavam mais de 30% do volume total de petróleo consumido devido ao intenso desgaste de suas jazidas para manutenção do esforço bélico das tropas aliadas na Segunda Guerra Mundial. Tem-se, portanto, nesse período o início inexorável da queda da produção petrolífera americana com o aumento do consumo por parte de sua população, impactando diretamente os níveis de importação do produto.

O declínio da produção estadunidense era irreversível. O país começara a importar o produto já na década de 40 para satisfazer o aumento da demanda interna ao passo que nos dez anos seguintes a dependência de petróleo estrangeiro chegava a 10% do total consumido. Na década de 60, este valor saltou a 18%, chegando, praticamente, ao dobro nos anos 70. O ano de 1972 marca o início do

declínio efetivo da produção petrolífera americana, o que se reflete no ano seguinte, com importações ultrapassando o limite dos 30%. Três anos depois (1976), elas chegam a 40%. Em 1977, saltam para 45%. As importações se mantêm neste patamar até que o "impensável aconteceu": em abril de 1998, elas rompem a barreira dos 50%.

De acordo com dados do Departamento de Energia Americano (Klare, 2004), o consumo americano deve saltar de 19,7 milhões de barris de petróleo/dia, em 2001, para 28,3 milhões de barris/dia em 2025. A produção doméstica dos EUA deve, por

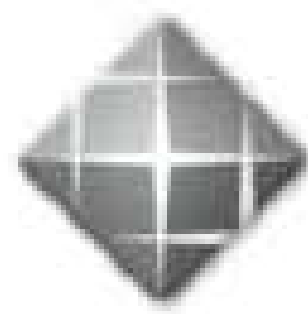


outro lado, cair dos 5,7 milhões barris/dia produzidos em 2001 para 4,6 milhões de barris/dia (2025). Os números apontam, portanto, aumento da distância entre consumo e produção interna, que só pode ser suprida através de mais importação. A previsão é de que o consumo americano de petróleo chegue a 66% do total consumido (2020) e 70%, cinco anos depois.

Klare (2004) aponta quatro padrões provenientes deste dilema: i) aumento da dependência de petróleo importado; ii) petróleo extraído de países instáveis; iii) quanto maior o aumento da dependência americana maior a tendência a tensões e conflitos nos países produtores devido ao aumento da distância social entre elite privilegiada pelos dividendos da exploração e o restante da sociedade e iv) todas as nações cuja economia se baseia em petróleo terão de se abastecer junto das mesmas fontes às quais os EUA, hoje, têm ligação (e domínio). A busca de acesso a produtos cada vez mais escassos parece ser um dos elementos centrais nas tensões entre as grandes potências no século XXI. Para tal pensador, o domínio hegemônico sobre o Oriente Médio, neste sentido, é pré-requisito para o prolongamento do poderio americano enquanto superpotência, o que implica a manutenção do isolamento egípcio do conflito árabe-israelense. Na hipótese de um possível realinhamento do Egito com as demais nações árabes, a hegemonia regional de Israel (e grande parte do poderio americano) estaria sob ameaça.

4. ANÁLISE APLICADA

Como mencionado, analisamos a cobertura do Jornal Nacional (JN) durante os cinco primeiros dias da revolta egípcia. Procuramos avaliar o conteúdo das manchetes das reportagens, duração e percentual de tempo em relação às demais matérias internacionais. A princípio, analisamos quantitativamente o número de tomadas abertas (ruas, praças) e fechadas (palácio, aeroporto). De posse dos dados quantitativos, buscamos fazer rápida descrição das imagens, situando sua significação. Analisamos, também, o uso da câmera (especialmente o plano sequência) e verificamos se os sons ambientes estavam sendo transmitidos. Buscamos descobrir a construção de pequenas narrativas no interior da cobertura. A análise quantitativa foi feita, devido ao tempo, apenas em relação às reportagens principais de cada dia. Por fim, após analisar o conteúdo das manchetes e

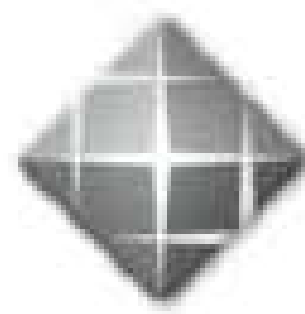


passagens, especialmente em termos de remissão a autoridades, trançamos os dados obtidos nos dois casos.

O uso de imagens gráficas também foi analisado e, como não podia deixar de ser, quantificamos as expressões referentes à mídia social (que consta de nossa hipótese) e seu valor. A tabela 1 (no anexo) mostra o aumento da cobertura dos conflitos no Egito, culminando com seu pico, a "sexta-feira de fúria" (28), quando sua duração atingiu quase 10 minutos, perfazendo 96,3% do total gasto com reportagens internacionais. Como podemos ver, o salto se deu no dia 26 quando a cobertura sobre o Egito passa a responder por mais da metade do tempo destinado às matérias internacionais. O padrão de crescimento, porém, aponta leve queda no dia 29, talvez em função da própria dinâmica do movimento. Após a "sexta-feira de fúria", que rendeu vasto material imagético aos jornais, os confrontos sofreram certo refluxo, perdendo, em parte, seu apelo sensacional.

No dia 25, a âncora, Fátima Bernardes, leu a manchete: "Três pessoas morreram em confronto hoje contra governo no Egito". Após estas palavras cuja mola propulsora parece ter sido a violência que então começava a captar a atenção da mídia, seguem-se imagens de manifestantes pelas ruas. As palavras mais usadas pela âncora e que reapareceram na narrativa foram "confronto" e "protesto". O material consiste de 8 tomadas abertas, nas quais o gás lacrimogêneo pode ser visto em cinco cenas, criando cenário composto por fogos, confrontos, fumaças, manifestantes exibindo cápsula de bala e, última cena, toalha de sangue. O contexto é, parcialmente, mencionado uma única vez, observando que os protestos "são inspirados pelo movimento que derrubou recentemente o governo da Tunísia". Não há nexos de causalidade ou entrevistas com populares. A narrativa ainda remete às redes sociais, apontando que internet foi usada para mobilizar os conflitos cujo "alvo" eram "Mubarak e seu filho".

A Rede Globo apresentou pequena cobertura no próximo dia (26), apenas 1'36". Outra vez Fátima Bernardes leu a manchete: "Mais de 700 pessoas foram presas em dois dias de protestos contra governo no Egito". Ela segue informando que o número de mortos, no "confronto", chega a seis. Ao contrário da leitura do dia anterior, a apresentadora usa de uma série de estratégias novas: a gestualidade é forte e marcada, com intenso uso das mãos e fortes movimentos de cabeça em direção ao outro âncora, William Bonner. As palavras "confronto" e "protesto" aparecem novamente.



Desta vez, a reportagem é composta por 19 imagens externas e quatro internas. Todas as tomadas externas mostram enfrentamentos da população com polícia, manifestantes queimando pneus e jogando pedras. Portanto, 100% do fluxo de imagens externas é composto por elementos, situações ou símbolos de violência. Das quatro internas, duas veiculam imagens de Mubarak enquanto o restante mostra Obama. Autoridades constituídas compuseram 100% dos planos internos neste dia. Ao contrário da cobertura anterior, a reportagem menciona que os manifestantes lutam contra "pobreza", "desemprego", "repressão". O correspondente da Globo para o Oriente Médio, Ari Peixoto, enfatiza que os conflitos se inspiram nos acontecimentos da Tunísia, cujo "ditador" acabara de ser derrubado.

O repórter, citando "especialistas", informa que os "americanos acham que Mubarak é preferível a um governo islâmico radical", enfatizando que o Egito "é um dos poucos países que se relacionam com Israel". Ele ainda aponta que as finanças do Egito "dependem do Ocidente" (o país recebe U\$ 1,3 bilhão/ano), "motivo pelo qual" Obama teria escolhido o Cairo "para fazer seu discurso histórico". Por fim, faz-se a primeira passagem da cobertura do JN sobre o conflito, remetendo a discurso da secretária de Estado, Hillary Clinton, que, de acordo com ele, pediu "calma" às partes, apontando que a situação era oportuna para "reformas políticas, econômicas e sociais". "Resta saber se o presidente Hosni Mubarak escutou e entendeu o recado", finaliza.

A narrativa foi, portanto, constituída por duas remissões a fontes oficiais na reportagem (Obama e Clinton). Não houve, mais uma vez, entrevista com participantes do movimento. As redes sociais foram, de fato, mencionadas: as

páginas de relacionamento social haviam sido bloqueadas, embora o governo não assumisse publicamente a censura.

No terceiro dia, a cobertura ainda se manteve nos mesmos patamares da anterior (1'57"). Fátima Bernardes lê a manchete: "O presidente dos Estados Unidos, Barak Obama, pediu hoje que o governo do Egito e a oposição evitem a violência". No entanto, desta vez, a manchete trouxe consigo novo personagem à narrativa, o prêmio Nobel da Paz, Mohamed El Baradei. Conhecido internacionalmente por seus trabalhos na Organização das Nações Unidas (ONU) para desarmamento nuclear, El Baradei foi definido como "o principal líder oposicionista" que teria chegado "para se juntar aos protestos". Ao longo da reportagem, El Baradei é o único personagem a aparecer em tomadas externas e internas, permanecendo no ar durante 12

segundos (42" a 58"). O "oposicionista" é filmado concedendo entrevista a dezenas de jornalistas, na celebração de sua chegada.

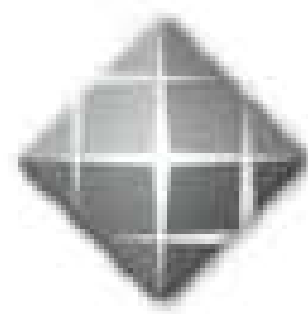
O material analisado conta com 21 tomadas externas e plano sequência, usado na dramática situação do assassinato de um beduíno. Cerca de 80% destas imagens (17) remetiam a cenas de violência. O telespectador pôde, desta forma, acompanhar os protestos - o som da manifestação perpassava a narrativa - até que a vítima é executada após disparo. A reportagem também recorre a imagens do norte da África, mostrando Egito, Tunísia e Iêmen, o que parece indicar o aumento da importância da pauta, aliada à necessidade de melhor contextualização. São 7 tomadas internas, 4 delas dedicadas à chegada de El Baradei (incluindo imagens do aeroporto onde prêmio Nobel desembarcou).

A passagem, por sua vez, trouxe informações que se articularam à visão anterior, exposta na manchete, remetendo a duas fontes oficiais de Israel. O vice-primeiro ministro, Silvan Shalom, que "não via os protestos como uma ameaça". O correspondente Ari Peixoto aproveita para enfatizar que o Egito "foi o primeiro país a assinar tratado de paz com Israel". A outra autoridade israelense, que preferiu - diz o repórter -, permanecer no anonimato, esperava que "Mubarak consiga controlar a revolta e permanecer no poder".

O quarto dia (28) atingiu o pico da cobertura não apenas em termos de duração (9'59"), mas também em número de reportagens (5) - o material dos dias anteriores consistiu de apenas uma. A primeira reportagem (2'14") é inusitada, apelando para a companhia do correspondente da emissora. Nas palavras da

âncora Fátima Bernardes: "O Jornal Nacional começa com a participação do correspondente Ari Peixoto. Ele está no Cairo onde uma ditadura de 30 anos pode chegar ao fim nas próximas horas". Em seguida, a âncora informa o número de mortos (13) e feridos (mil). Após o uso recorrente de termos marcados como "protesto" e "manifestantes desafiaram", o JN inicia a matéria, composta de 31 cenas externas e 4 internas (duas das quais com El Baradei). Cerca de 70% das imagens deste dia (24) se relacionavam a cenas vinculadas a protestos e violência acirrada ou signos de poder (tanques de exército). O fio condutor da reportagem foi sintetizado pela expressão "sexta-feira de fúria".

Devido à dramaticidade da violência, a matéria contou com vários planos em sequência, usados na construção de mini-narrativas. A dimensão do evento ainda permitiu o uso de planos abertos. Durante todo o tempo, os sons das ruas



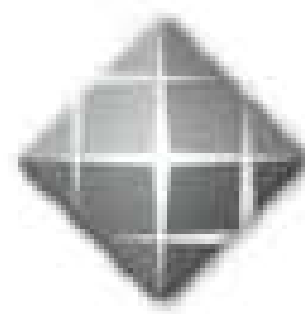
perpassavam a narrativa, contribuindo para a imersão do telespectador no caos. Ao lado das tomadas de movimentação de massa, a reportagem deu sequência ao enquadramento do dia anterior, focando nos desdobramentos da chegada de El Baradei. Informando que o prêmio Nobel havia sido cercado por policiais e depois mantido sob prisão domiciliar, as imagens mantiveram-no sob foco durante dozes segundos (1'36" a 1'58"), mesma duração do dia anterior. Nesta primeira matéria, houve, novamente, remissão aos conflitos na Tunísia.

A segunda reportagem (2'36") foi anunciada por William Bonner: "O Egito é um dos principais aliados dos Estados Unidos no mundo árabe. A secretária de Estado, Hillary Clinton, pediu aos dois lados que não usem a violência". A passagem é feita pela repórter, Eliane Bast, em Nova York, que define o Egito em função de seu i) "exército poderoso", ii) de ser "aliado de Israel" e iii) "peça fundamental da estabilidade da região". Portanto, após avaliar o país dentro do escopo da perspectiva americano-sionista, a repórter remete a Barak Obama, informando que o presidente "vê com preocupação os últimos acontecimentos".

Obama teria "alertado" Mubarak sobre a necessidade de "reformas" tanto políticas quanto econômicas - neste ponto, a reportagem sobe o *off* ("*political reform, economic reform*"). As imagens com o mandatário da Casa Branca duram dez segundos (54" a 1'04"). Ao contrário das outras reportagens, esta lança mão de certo ecletismo, entrevistando, por telefone, o embaixador brasileiro no Egito, Cesário Melantônio Neto. A voz do diplomata permanece no ar por 20 segundos

(1'23" a 1'53"), descrevendo a situação de "caos" do país. Em seguida, a repórter ainda remete ao Alto Comissariado da ONU para direitos Humanos, Paris, Alemanha e ONU. São entrevistados a primeira-ministra, Ângela Merkel, que apela para a proteção da "liberdade de expressão", observando que o Egito é fundamental para a "estabilidade" da região. O secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, por seu lado, exige o reestabelecimento da internet e liberdade aos protestantes. A dinâmica da reportagem ainda se mantém dentro do foco das autoridades constituídas, sem permitir a palavra aos próprios manifestantes.

A terceira reportagem (17") apenas remete aos desdobramento dos conflitos na Tunísia, com a queda do ditador. A quarta matéria (3'35") abre duas abas na tela do JN de forma que o telespectador pôde acompanhar os dois âncoras entrevistando o correspondente Ari Peixoto. O foco da entrevista girou em torno das "condições de trabalho" jornalístico em face da ausência de liberdade de imprensa. O



correspondente observa que a sexta-feira foi um "dia espetacular" no qual os egípcios fizeram história. "Mesmo sem internet e celular, as pessoas se reuniram em mesquitas", observou. Na entrevista, Peixoto ainda anuncia a demissão conjunta do gabinete de Mubarak.

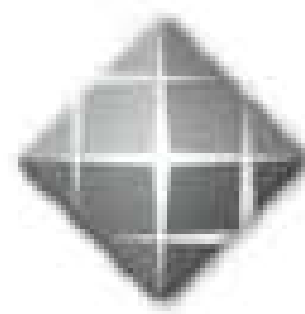
A última peça destes quase dez minutos de cobertura termina com a volta da correspondente, Elaine Bast, da sucursal da Globo, em Nova York. Ao vivo, ela corrobora a informação de Peixoto. Em seu primeiro pronunciamento à nação, Mubarak se recusa a renunciar; o presidente se limita à criação de novo gabinete e apela para o "diálogo pacífico". Nesta matéria (1'17"), a repórter ainda observa que exército e população estavam em boas relações, contribuindo para isolar ainda mais o ditador e seu aparato policial, em constante conflito com os manifestantes.

A reportagem do dia 29 (3'09") foi precedida, à tarde, pelo anúncio das principais notícias do JN. A "crise no Egito" ocupou quase metade do tempo (24" de um total de 56"), anunciando a nomeação de vice-presidente, "o primeiro em 30 anos". A manchete "Sábado de caos e revolta" foi seguida pela informação de que os manifestantes "desafiaram" toque de recolher. O número de mortes até aquele momento (75) e a recusa do exército em disparar contra a população também fizeram parte do corpo da manchete. A matéria consiste em 51 tomadas abertas, sendo que 82,3% (42) se referem a cenas vinculadas aos protestos. Apesar de

imagens de incêndio, especialmente de prédios ligados ao governo, a força dos protestos viveu dia de ressaca, com ativistas dormindo nas praças.

As cenas, portanto, tiveram curta duração, sem planos sequência. O enquadramento, neste dia, também observou o bloqueio à visitação das pirâmides e a debandada geral de turistas, veiculando imagens de aeroportos. O correspondente, Ari Peixoto, realizou passagens em meio à multidão, entrevistando um único egípcio. Pela primeira vez em cinco dias, o JN entrevistava populares.

Na segunda matéria (2'17"), a manchete era: "A revolta popular pode fazer governo dos Estados Unidos reavaliar ajuda militar ao Egito". Após o que, o âncora informava que os protestos haviam se "alastrado" por outros países árabes. A reportagem veicula imagens de manifestantes protestando diante da embaixada egípcia em Beirute, Londres, Paris - em "efeito dominó". Pela primeira vez na cobertura, a relação nodal entre Egito e Estados Unidos é, finalmente, exposta, em poucos segundos, pelo jornalista Jorge Pontual. Ele informa que os manifestantes exigiam dos governos da Inglaterra e Estados Unidos "que parem de apoiar



ditadores árabes". Este ponto crucial, porém, é imediatamente engolfado pelo ritmo da matéria. Finalmente, mais três egípcios são entrevistados, expressando parte da revolta e desespero daqueles que não podiam se comunicar com seus entes no Egito. "A era dos ditadores acabou", ressaltava outro.

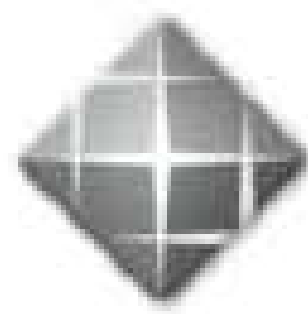
A matéria também lança mão de dados gráficos, apontando para o "efeito dominó" no norte da África. A última das reportagens (1'49") foca o drama de brasileiras de classe média que permaneciam sem poder sair de seu hotel para visitar as pirâmides.

5. CONCLUSÃO

Os dados expostos apontam que o JN cobriu a revolta egípcia lançando mão de quatro expedientes centrais, o sensacionalismo, o discurso conservador de autoridades constituídas, o veto à palavra da população que participava dos conflitos e a despolitização do tema, criando Cenário de Representação Política (CR-P) que tendeu a encobrir as raízes históricas do movimento e sua intrincada complexidade. Ao inserir o conflito no "efeito dominó" que se alastrava pelo mundo árabe por meio da remissão a outros países e uso de imagens gráficas, o jornal ainda contribuiu para

construir conjunto de representações políticas de Oriente Médio marcado por ditaduras - sem que seus nexos causais fossem expostos - especialmente o apoio americano-sionista a tais ditaduras. Das cinco manchetes do período coberto, quatro delas se utilizaram de termos apelativos, servindo-se de categorias cognitivas que contribuíram para transformar os conflitos em fluxos fenomênicos sem raízes efetivamente históricas. Ao corpo textual, marcado por elementos de significação emocional, somaram-se cenas vinculadas apenas à brutalidade e repressão.

Além da construção do conflito como espaço fenomênico apenas de violência e ditaduras, o conteúdo das manchetes se pautou no uso do discurso autoritário de autoridades constituídas. Desta forma, o CR-P teve como ponto de construção o discurso de duas personagens centrais que atravessaram a narrativa durante o período de análise - Barak Obama e Hillary Clinton. O ponto de vista da Casa Branca e seus interesses hegemônicos foram mencionados em quase todas as reportagens, em uma espécie de trançado discursivo. Quando não aparecia nas manchetes, se tornava elemento significativo do *off* do repórter; do contrário, surgia nas próprias



passagens por meio de citações e recorrências. Outras vezes, imagens e pontos de vista dos dois personagens provinham de arquivo.

A construção da cobertura ainda contribuiu para retirar a palavra dos populares, sujeito histórico fundamental de todo os conflitos. As evidências apontam que apenas um manifestante foi entrevistado no próprio Egito; as três outras entrevistas foram realizadas por populares em Nova York.

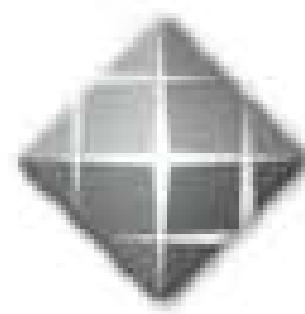
Por outro lado, El Baradei foi enquadrado como o maior líder oposicionista, dissolvendo os conflitos hegemônicos no interior da grande massa oposicionista - um conjunto dinâmico repleto de tensões e fissuras dos mais diversos matizes ideológicos. Desta forma, os dados apontam que a Globo tendeu a delimitar as saídas possíveis para crise, dentro das opções palatáveis ao capitalismo internacional, encarnadas, no início dos conflitos, na figura do prêmio Nobel. Por fim, as remissões às rede sociais ocorreram, mas, ao contrário de nossa hipótese, sem fazer do espaço on-line ferramenta privilegiada da revolta.

Produto híbrido de sensacionalismo e conservadorismo, a cobertura do JN tendeu a legitimar a visão hegemônica dos interesses de Washington e Tel Aviv, dissolvendo nas malhas da emoção visual e do discurso de autoridades os nexos históricos da luta egípcia. Para tanto, lançou mão de uma espécie de

intertextualidade visual e sonora, remetendo a diversos discursos de autoridade (americanos e sionistas) em passagens, entrevistas ou material de arquivo. Tendo em vista que uma das experiências antropológicas fundamentais da modernidade se dá na relação que o sujeito moderno tem com os meios de comunicação, a subjetividade do espectador, no caso analisado, ficou exposta a uma torrente de percepções e concepções americano-sionistas, tendentes a manter a ordem vigente. Tal manutenção, a princípio, oscilou entre apoio e distanciamento de Mubarak, optando, finalmente, por seu isolamento político e substituição por membros da junta militar (conformada, nas últimas décadas, por apoio financeiro e técnico de potências regionais e internacionais).

JORNAL NACIONAL: THE COVER OF THE EGYPTIAN REVOLT

ABSTRACT



This paper aims to analyze the *Jornal Nacional's* coverage about the Egyptian revolt during the five first days of the conflict. We tried to understand the coverage through its set of representations about the event. Our hypothesis is that the approach tried to use the new technologies of information as the central point, responsible for the success of the movement. In order to be able to analyze the construction of the representations, we have used concepts such as the Political Scenario of Representation and Hegemony. The methodology used was Content Analysis, which allowed for quantitative and qualitative approaches. Bearing in mind the political importance of Egypt, we have also studied the legacy of Camp David Agreements and their importance for power relationships in Middle East. Following that, we conclude, presenting evidence of the conservative approach of the coverage, made up under the United States and Israel's interests.

KEY-WORDS: Political Representation Scenario; Hegemony; Egypt; Content Analysis.

REFERÊNCIAS

CAPPELLE, Mônica; MELO, Marlene; GONÇALVES, Carlos. **Análise de Conteúdo e Análise de Discurso nas Ciências Sociais**. Disponível em: http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/43563/2/revista_v5_n1_jan-jun_2003_6.pdf> Acesso em: 12/07/2011

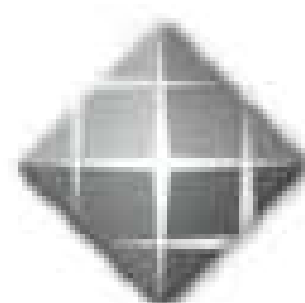
FINKELSTEIN, Norman. **Imagem e Realidade do Conflito Israel-Palestina**. Rio de Janeiro. Editora Record, 2005.

KLARE, Michael. **Blood and Oil**. Londres. Penguin Books, 2004.

LIMA, Venício. **Mídia: Teoria e Política**. São Paulo. Editora Perseu Abramo, 2001.

MIGUEL, Luis Felipe. *Eleições, opinião pública e mídia: reflexões a partir das eleições brasileiras de 2002*. **Política e Sociedade. Revista de Sociologia e Política**. São Paulo. Cidade Futura, 2003, p.41-65

PIMENTEL, Tatiana. *Televisão, Internet e a Hipótese do Agendamento: é possível subverter a ordem midiática?* **VII Encontro de Pesquisa em Comunicação e Cidadania**. PUC/GO, 2009



THOMPSON, John. (2002). **O Escândalo Político: Poder e Visibilidade na Era da Mídia**. Petrópolis. São Paulo, Vozes, 2000

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa, Editora Presença, 1995

ANEXO

Tabela 1. Frequência de minutos das reportagens do Jornal Nacional sobre a Revolta Egípcia

	Dia 25	Dia 26	Dia 27	Dia 28	Dia 29
Egito	29"	1'36"	1'57"	9'59"	7'15"
Internacionais	5'42"	57"	1'35"	23"	1'39"
Total	6'11"	2'33"	3'32"	10'22"	8'54"